

DEPÓSITO LEGAL
-0. ABR. 1976

1249

Poder Popular



Director: Eduardo Ferro Rodrigues Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano I N.º 31 (Nova Série) 4 de Março de 1976 Preço 4\$00

O FASCISMO NÃO SE CONTROLA!



COMBATE-SE!



Internacionalismo de cócoras...

Os resultados públicos do II Congresso do MES, em particular os avanços programáticos e ideológicos nele consagrados, têm motivado os mais diversos comentários por parte de vários sectores de opinião.

Tomemos por exemplo, o agrupamento que se auto-proclama de P. C. P.-M. L.. Este grupo agressivo, que tem tido acção relevante na política actual do Ministério do Trabalho, fazendo o jogo do patronato a coberto do ataque ao social-fascismo, não quis deixar passar a oportunidade e mimoseia-nos com duas colunas no seu pasquim central «Unidade Popular» (?). Para eles, o MES mantém o papel de «guarda avançada» do Partido do Cunhal, ou seja faz o jogo da União Soviética, tal como, de resto, quase todos, a U. D. P., Melo Antunes, etc., etc., à excepção feita aos fascistas do P. P. D., C. D. S., P. D. C..

Até aqui, nada de especial como pode ver o leitor. Este partidinho vendido ao imperialismo, que continue a sua acção contra-revolucionária! E não vem agora a propósito preocuparmo-nos com isso, quando são os patrões deles, o capitalismo e o imperialismo, que directamente nos atacam e contra os quais lutamos.

Mas o que não se pode deixar de estranhar é que vamos agora encontrar exactamente os mesmos argumentos na «análise» às nossas posições por outros agrupamentos políticos, aos quais havia de se exigir um pouco mais de coerência e de pudor.

É assim que, no «Bandeira Vermelha», órgão do P. C. P.-R encontramos os mesmos raciocínios e a mesma teoria aplicados às

nossas posições. Vem tudo a propósito da **análise da situação internacional** que nós fazemos e que directamente põe em causa algumas das ideias feitas com que as correntes ditas «marxistas-leninistas» embelezam o seu sistema de princípios, nomeadamente no que diz respeito ao «paraiso socialista chinês». Também o P. C. P.-R faz questão de deixar bem claro o seu **incondicional apoio à política externa da China** e expõe sinteticamente os argumentos de fundo para tal.

Tudo assenta, do ponto de vista teórico, na «análise» que considera a U. R. S. S. como um país que foi socialista mas onde o capitalismo foi restaurado por uma **burguesia nova** que retomou a direcção da sociedade, à sombra do aparelho de Estado.

Estas ideias assentam todavia num ponto de partida frágil. A saber:

a) Na U. R. S. S. foi edificado de 1917 em diante um Estado socialista.

b) O que quer dizer **para os marxistas**: foi destruído o aparelho de Estado da classe que era dominante antes da Revolução e edificado um **novo aparelho de Estado**, assente na organização massiva dos trabalhadores (os soviets) e dirigido pela vanguarda da classe operária russa (o Partido de Lenine).

c) Ora bem, os **teóricos do «social-imperialismo»** argumentam que a tomada em mãos do **novo aparelho de Estado soviético** por uma «clique revisionista» foi o caminho que permitiu a restauração do capitalismo na URSS e a recomposição duma classe dominante, a burguesia monopolista burocrática. E isto a partir dum momento preciso na

história da Revolução Russa: a morte de Estaline, o XX Congresso do P. C. U. S..

E aqui é que a porca torce o rabo! É que esta «explicação» não entra em linha de conta com a **evolução do Estado Soviético durante o consulado estalinista e até anteriormente**.

Esta «explicação» escamoteia o facto central do progressivo afastamento do poder em relação às massas, **da liquidação do poder soviético pela concentração do poder de Estado no Partido**, onde a direcção do proletariado cada vez mais cedia o passo à direcção burocrática duma casta de que Estaline era o lídimo representante. Para os nossos teóricos do Pekin Information e os seus tradutores portugueses a liquidação do poder dos soviets nos anos 20, iniciada ainda em vida de Lenine, é pura e simplesmente ignorada. E tudo se resume a um «golpe de mão bem sucedido» que, na década de 50, afasta os «bons» dirigentes estalinistas e os substitui por uma «clique revisionista». As massas trabalhadoras na U. R. S. S. apesar de supostamente exercerem a sua ditadura ao tempo da tutela estalinista, foram assim traídas «sem ai nem ui», e arredadas do poder por via administrativa. Na base desta «análise» e nos seus prolongamentos económicos, estabelecem os ideólogos chineses e os seus seguidores ocidentais a brilhante tática «leninista» que entra em linha de conta com as transformações ocorridas na U. R. S. S. e joga nas contradições entre o imperialismo e «social-imperialismo». A «clique» que se apoderou do poder na U. R. S. S. instalou-se nos mecanismos centrais da econo-

mia socialista e converteu-a em capitalismo monopolista de Estado...auténtico **processo de intenção** aos dirigentes russos em que a história passou a ser (na cabeça desses teóricos) um encaixar de actos voluntários maquiavélicos e o movimento real da luta de classes é um jogo de xadrez submetido ao livre-arbítrio dos chefes políticos.

Não é intenção deste artigo constituir resposta a esta teoria profundamente errónea. As nossas intenções são bem mais modestas. Por um lado alertar o leitor para o simplismo destas concepções que informam a prática de bom número de agrupamentos políticos em todo o mundo. Por outro lado, recordar que é esta mesma teoria que está na origem do apoio da República Popular da China aos grupos de Vilar (P. C. P.-M. L.) e seus equivalentes pelo mundo fora.

Os nossos camaradas do K. B. recordaram na sessão internacionalista que promovemos a seguir ao II Congresso do MES, que existe na Alemanha Federal um agrupamento congénere do P. C. P.-ml que **defende activamente o militarismo Alemão-Occidental como barreira ao «social-imperialismo» russo**. O regime da Alemanha Federal, que talvez com mais propriedade se poderia classificar de social-fascista, é um dos mais importantes pilares do imperialismo na Europa. Mesmo assim, os dirigentes chineses apoiam activamente este grupelho provocatório, como de resto em Portugal apoiam o grupelho de Vilar!

Aos camaradas do P. C. P.-R.) perguntamos: é esta uma «particularidade da tática leninista em política externa» da R. P. C.?

Quando os camaradas do P. C. P. (r) falam dos E. U. A. e da U. R. S. S. como expressão do inimigo fundamental da Revolução Proletária, em que ficamos? Aliança com os E. U. A. contra o «social-imperialismo» à maneira de Vilar? Ou abstencionismo à maneira de Pilatos como tendes feito em relação a Angola e ao M. P. L. A.?

E neste caso, porque não apoiar directamente a UNITA/FNLA, à maneira da RPC e do partido de Vilar? Não, camaradas do P. C. P. (R)! **Nós criticamos a política externa da China porque ela contradiz directamente os interesses do nosso povo e do povo aliado de Angola! Isto nada tem a ver com «posições trotskizantes» que nos atribuem com ligeireza e pouca honestidade política.**

E podeis estar certos que a invocação dogmática dos

ensinamentos do grande revolucionário russo não nos perturba absolutamente nada. Sobretudo quando é feita para justificar o vosso **seguidismo político e ideológico** em relação às posições dos dirigentes chineses, eles próprios seguidistas em relação à classe contra-revolucionária da nossa época, a burguesia imperialista.

O silêncio perante a incoerência da política externa da R. P. C. faz lembrar o silêncio com que outrora os revolucionários se calaram perante a derrota da revolução proletária na U. R. S. S. E não foi essa a posição mais consequente com os interesses da Revolução proletária à escala mundial. O internacionalismo não se pratica às avessas, é certo, mas muito menos se pratica de cócoras perante pretensos baluartes da ortodoxia marxista.



«NÃO DISCUTIMOS DEUS E A SUA VIRTUDE
NÃO DISCUTIMOS A PÁTRIA E A SUA HISTÓRIA
NÃO DISCUTIMOS A AUTORIDADE E O SEU PRESTÍGIO»
(SALAZAR; 1936)

Partindo destas «elucidativas afirmações», «Deus, Pátria, Autoridade» filme actualmente em exibição no Universal, constitui uma tentativa séria de desmontar as «verdades» e os «métodos» da ditadura Salazar/Caetanista.

As mentiras e mistificações que estão na base da ideologia fascista são claramente desmascaradas pelas imagens, quase dispensando comentários.

O 25 de Abril surge na sua realidade contraditória, sendo destaqueado o movimento de massas em ascensão como factor decisivo da evolução dos acontecimentos.

Pelo seu carácter didáctico, pela clareza com que põe as questões, este filme pode constituir um contributo importante para a compreensão/desmistificação dos mecanismos que suportam a ditadura da burguesia.

Chamamos por isto a atenção para este filme, que não deve ficar pela sala do Universal, tornando-se necessário fazê-lo chegar a quem efectivamente se dirige — às massas populares, aos explorados e oprimidos da cidade e do campo.

CONTROLO OPERÁRIO

PODER POPULAR

A responsabilidade de supervisão é toda atribuída aos respectivos órgãos de fiscalização e a autoridade do respectivo órgão.

COLEÇÃO «CADERNOS DO MES» 1

Está à venda «Controlo Operário — Poder Popular», primeiro título da Colecção «Cadernos do MES».

«Criar o controle operário sobre a produção, assente no poder dos trabalhadores, das suas Assembleias e das suas Comissões».

«Criar o controle popular sobre a satisfação das necessidades colectivas, com a generalização da organização dos trabalhadores fora dos locais de trabalho».

A luta por estes objectivos constitui um importante campo para a organização a partir da base para o reforço da mobilização e o relançamento da ofensiva das massas populares, via segura para derrotar os ataques de todos os reacçãoários e avançar na luta pelo Socialismo.

Por tudo isto, o texto em questão, que recolhe sobretudo dos ensinamentos e experiências anteriores ao 25 de Novembro reveste-se da máxima actualidade e importância.

Preço 6\$00

O fascismo não se controla COMBATE-SE!

Há cerca de um ano, no rescaldo do 11 de Março, data em que as forças contra-revolucionárias sofreram uma grande derrota, imposta pela força do movimento popular de massas e dos soldados, sargentos e oficiais progressistas do MFA, o Movimento de Esquerda Socialista bateu-se a todos os níveis e com todas as suas forças, contra as concepções incorrectas que no seio do sector progressista do MFA travavam o avanço do processo revolucionário, e preferiam o compromisso com os inimigos da classe operária ao empenhamento concreto com a luta das massas trabalhadoras pelo poder popular e pelo socialismo.

O Movimento de Esquerda Socialista não se cansou de lutar contra a realização das eleições burguesas para a constituinte, denunciando claramente quais as consequências que o povo trabalhador e as forças progressistas e revolucionárias pagariam posteriormente se essas eleições se efectuassem. O Pacto MFA/Partidos, instrumento preparatório dessas eleições e que exprimia o triunfo das concepções conciliatórias no seio do sector progressista do MFA, foi por nós frontalmente recusado e firmemente denunciado.

O MES recusou assinar tal pacto que representava a tentativa de controlo da democracia burguesa pelo MFA, que apesar de apontar a «via socialista» como rumo, pensava poder integrar nessa via as forças burguesas, pela realização de compromissos assinados por estas e assim evitar as graves consequências que a realização das eleições para a constituinte traria para o processo revolucionário. Afirmando claramente que a **democracia burguesa não se controla, ataca-se!** o MES denunciou o Pacto como fraude política na medida em que sendo assinado por organizações que representavam interesses de classe diversos, contraditórios e até mesmo antagónicos, só seria respeitada pela burguesia enquanto a força assim o impusesse. Antevendo aquilo que se passou após o golpe reaccionário do 25 de Novembro, o MES dizia então: «Se no decorrer do chamado período de transição, a relação de forças se alterar, tal pacto será imediatamente furedo pelos partidos da burguesia». O que se passou está bem à vista: No 25 de Novembro foi dada a machadada final no MFA que já antes, na Assembleia-Fantoche de Tancos havia sido liquidado como força progressista e organizada institucionalmente. Deste modo, os partidos contra-revolucionários, de braço dado com os militares anticomunistas que no «post»-25 de Novembro ocuparam os lugares-chave do aparelho de Estado burguês, puseram imediatamente em causa o pacto, aniquilando facilmente as pretensões idealistas de homens como Melo Antunes e Charais que afirmavam ridículamente que o MFA estava mais forte e progressista do que nunca...

O avanço das forças fascizantes, apoiadas pelo grande capital e pelo imperialismo, que desde o 25 de Novembro se veio acentuando, levou a que alguns militares que partilhavam o poder (que ainda se autoproclamam de MFA sem qualquer pudor) tentassem agora defender as instituições democrático-burguesas da ameaça fascista, utilizando para tal o mesmo instrumento (o novo pacto), mostrando

nada terem aprendido com as lições da história do processo revolucionário português. Sacrificando às exigências dos partidos burgueses todos os aspectos formais do novo texto do Pacto que tinham um cheirinho a progressismo, **os militares não fascistas do ainda curiosamente chamado «Conselho da Revolução» procuram agora garantir a consolidação da democracia burguesa e evitarem o fascismo, por meio de um documento de compromisso, subscrito por organizações reaccionárias e até mesmo fascizantes (como o PPD e o CDS).**

Assim, mais uma vez, aqueles que não compreendem a incompatibilidade entre antifascismo e anticomunismo, aqueles que estiveram com as forças progressistas no 28 de Setembro e no 11 de Março e com os fascistas no 25 de Novembro, aqueles que como Melo Antunes e Charais parecem não ter ainda compreendido que a situação que ajudaram a criar será fatal às suas ambições políticas, não encontram mais nenhum processo para

barrar o caminho ao fascismo que não seja o compromisso com os inimigos do Povo, compromisso que estes só respeitarão enquanto tal lhes interessar politicamente mas que romperão violentamente assim que se mostre totalmente ineficaz a resposta liberal à crise capitalista em agravamento. Tal como tínhamos total razão quando dizíamos que a «democracia burguesa não se controla, ataca-se!», a história encarregar-se-á de demonstrar que é justo afirmar que **o fascismo não se controla, combate-se!**

Na unidade do movimento popular de massas, na organização da resistência popular à ameaça fascizante, no combate permanente e decidido ao fascismo, ao capitalismo e ao imperialismo, o povo trabalhador de Portugal, os revolucionários e os verdadeiros antifascistas não descansarão à sombra de um pacto que faz sorrir o ELP e o MDLP, e erguerão a única barreira possível à conspiração fascista: a barreira da sua luta intransigente e da sua unidade militante! **O fascismo não passará!**

ELEIÇÕES manobras e mais manobras...

nota do departamento eleitoral do C.C. do MES

A classe operária e o povo português conhecem a posição do M. E. S. em relação às eleições para a Assembleia Legislativa. Num momento em que a tarefa central é a organização da resistência popular à ofensiva da burguesia e do avanço da ameaça fascista, a luta pela unidade do movimento popular de massas e a luta pela unidade dos revolucionários no combate comum ao fascismo, ao capitalismo e ao imperialismo são exigências fundamentais.

Intervir activamente no terreno eleitoral para combater as forças burguesas e avançar na resistência popular em todas as frentes é o nosso objectivo.

O Pacto firmado entre as Forças Armadas a caminho da profissionalização e os Partidos que tem partilhado o Poder político, dos fascistas 76 do CDS ao MDP, representa um equilíbrio, momentâneo, e que não durará muito, entre as forças como o CDS e o PPD e a direita militar que jogam nas eleições para com os votos ganharem a força que necessitam para fazerem abater sobre a classe operária e o povo a repressão que afinadamente preparam, e as forças que vivem e se alimentam do eleitoralismo mais descarado como o PS ou que pela sua natureza reformista e pela sua linha revisionista, como o PCP, se mostram mais empenhados em jogar no eleitoralismo democrático-burgues e nas tentativas vãs de ressuscitar o defunto MFA do que em trabalhar para uma eficaz resposta à ameaça fascista e à ofensiva burguesa.

A Lei eleitoral que o VI Governo preparou enquadrada-se nesta negociação política e visa acima de tudo afastar ou enfraquecer a participação dos revolucionários neste terreno de luta.

Sem a constituição aprovada, sem o recenseamento concluído, sem se conhecer o número de deputados a eleger em cada distrito, 6 dias para a apresentação de candidaturas e consti-

tuição de frentes eleitorais é uma clara manobra que visa ainda mais abrir o caminho aos Partidos burgueses, manobra mal disfarçada pelas lágrimas de crocodilo dos Partidos que fingem agora desconhecer ou mesmo protestar contra este processo.

O M. E. S. que tem desenvolvido todos os esforços no sentido de uma candidatura unitária das forças revolucionárias, denuncia à classe operária e ao povo mais esta manobra e afirma que, redobrando os seus esforços no desenvolvimento da política de unidade aprovada no seu II Congresso, assegurará, contra os fascistas e todos os que fazem o jogo do capital nacional e internacional, a presença de candidaturas revolucionárias em todos os distritos.

Lisboa, 1 de Março de 1976

Poder Popular

6 meses 1000 00

12 meses 2000 00

apoi 400 5 00

estranjero Europa 5000 00

Nome

Morada

Profissão

Journal semanal — tocas as 4.ª-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração — Redacção
Av. D. Carlos I — 128, Lisboa
telefone 66 26 83

Composição e impressão
Renascença Gráfica — SARL
Rua Luz Soriano, 44 — Lisboa

Bancários - já basta de instrumentalização!

A vida agitada do nosso Sindicato no último ano tem como causa a veiculação quer da direcção Anselmo, quer da direcção Vítor Marques e Partidos políticos. Dai que tenhamos vivido assembleias gerais em que é mais visível o que nos divide do que o que nos une, tendo-nos esquecido que comemos todos da mesma panela.

Até Agosto de 1975 a actuação da direcção reflectiu sempre as posições do PCP e do MDP, avançando ou recuando segundo a estratégia daqueles Partidos. Nas assembleias gerais a «linha de massas» então no domínio do aparelho sindical boicotava sistematicamente as intervenções divergentes, com palmas de tango, assobios e mesmo agressões físicas.

Cansados de ter uma direcção que se limitava a ser correa de transmissão dos citados Partidos, os bancários votaram por inequívoca percentagem o seu afastamento e, esperançosos, elegeram colegas que prometiam defender um Sindicato Democrático e Apartidário.

Esperança traída! Os novos directores cedo se mostraram correeiras de transmissão do PS e do MRPP, impondo as palavras de ordem dos seus Partidos aos bancários. Aliás a actuação desta direcção tem sido simplesmente desastrosa.

Quando do golpe reaccionário do 25 de Novembro, feito para eliminar a ala esquerda do MFA e por fim à opção socialista assumida em Março, a direcção do nosso Sindicato ultrapassou mesmo as posições do VI Governo (pela direita, claro). Chega num comunicado a chamar aos militares da ala esquerda do MFA de «criminosos» (4-12-75).

Ponto alto da sua actuação foi o célebre pedido de vigilância e controlo das eventuais contas dos capitães, sargentos e cabos presos nessa data, não fossem os maiores escudos que alguns destes pouparam serem levantados por precipitadas esposas (no Chile, os bens progressistas presos foram confiscados).

Nem sequer a estrita defesa dos nossos interesses materiais esta direcção tem feito. Quando

tomaram posse, o documento do nivelamento elaborado pela direcção anterior tinha já a anuência dos Ministérios do Trabalho e das Finanças. Passados mais de 5 meses ainda não está em vigor na totalidade em nenhum banco. E nas empresas que o tem parcialmente aplicado, tal deve-se ao esforço das comissões de delegados.

Após o 25 de Novembro, a direita passou ao ataque por toda a sociedade portuguesa. A nossa direcção a tudo tem assistido na maior passividade não procurando mobilizar a classe para nenhuma iniciativa concreta que responda ao avanço do capitalismo autoritário.

A recuperação capitalista da banca processa-se dia-a-dia. É impossível construir o socialismo numa economia funcionando em moldes capitalistas. A coordenação das comissões de controlo de crédito que era feita (deficientemente) pela anterior direcção, deixou de existir. A dinamização dos trabalhadores para a transformação da banca sob seu controlo foi abandonada. Abaixo-assinados que circulam ultimamente em alguns bancos a pedir o regresso dos Mellos, Brito e Champalimaud não viram a resposta firme da direcção do Sindicato.

Conhecidas e lamentáveis são as posições tomadas pela direcção em relação à Reforma Agrária, a conquista mais importante do 25 de Abril porque feita pelos trabalhadores e só depois enquadrada legalmente pelo Poder.

Estas posições levaram ao total isolamento do nosso Sindicato em relação aos operários com quem deveríamos privilegiar os contactos, mesmo que as suas direcções sindicais estejam sob o controlo partidário do PCP.

A tempestado que agora surge nos corpos gerentes era previsível desde que se viu a vinculação partidária de elementos que os constituem.

Os ultra-sectários MRPP contentavam-se inicialmente com um pouco de poder sobre o aparelho sindical, sendo a sua estratégia a do alargamento constante desse poder, em busca do con-

trolo total do aparelho.

Os elementos PS procuram controlar a Inter-sindical. Para isso necessitaram inicialmente do folclore esquerdista do MRPP para escorraçar o PC fisicamente e assegurar o funcionamento dos Sindicatos.

No congresso de Aveiro, recentemente efec-

tuado pelos Sindicatos PS, constatam que já tem o terreno suficientemente firme para se desvincilharem do incómodo parceiro em vésperas de eleições parlamentares. O controlo que possuem do Ministério do Trabalho e as vitórias de direcção afectas ao PC nos Sindicatos operários, são mais dois fac-

tores para escorraçarem o MRPP e privilegiarem uma aliança (discreta) com o PCP.

Em Junho, quando aprovámos os estatutos, proclamámos com firmeza que queríamos Sindicatos Democráticos e Apartidários. É altura de retomarmos tal bandeira.

Neste momento do Sindicato, para ultrapas-

sar a crise, os bancários deverão abster-se da luta partidária e lutar pelo controlo de um sindicato democrático, de classe e apartidário que leve os trabalhadores dos serviços a unirem-se aos dos campos e fábricas.

Núcleo dos Bancários do Movimento de Esquerda Socialista

Seguros - agonia da Santa Aliança

Eleita num período (Setembro do ano passado) em que largas camadas de trabalhadores de seguros eram instrumentalizados pelo PS para uma feroz campanha anticomunista, a actual direcção do Sindicato de Seguros do Sul tem os seus dias contados.

Dividida internamente entre as diferentes facções (PS, MRPP, AOC, Base-FUT), impedida praticamente de funcionar, sem base de apoio nas últimas assembleias, a sua precária unidade ameaça estilhaçar-se. Isto ficará a dever-se também à relativa fraqueza do inimigo comum (o PC) cuja existência cimentava a coesão da direcção e o facto deste procurar cada vez mais conciliar com uma das facções (PS).

Nem a tropa de choque dos anticomunistas disfarçados de anti-revisionistas (MRPP e AOC) conseguirá evitar a queda iminente de uma direcção sindical que em 6 meses conseguiu desmobilizar os trabalhadores em importantes processos de luta, como a dos dec-lei sobre a gestão e a criação do Instituto Nacional de Seguros e a da reestruturação, sabotou a aplicação generalizada de uma proposta aprovada em assembleia pela maioria esmagadora dos trabalhadores presentes, limitando o salário máximo a 20 000\$00, desviou os trabalhadores para a discussão de alterações de pormenor ao CCT sem os mobilizar na luta pelo descongelamento da contratação colectiva.

No entanto, a direcção, apesar das contradições, tenta queimar tempo, porque sabe que isoladamente as facções que representa não terão mais nenhuma possibilidade de conquistar o Sindicato. Mesmo a social-democracia, que se alimentou dos trabalhadores politicamente mais recuados e mesmo dos mais reaccionários, vê-se perante o dilema de se aliar aos fascistas e ao PPD perdendo a sua ala esquerda, ou de se aliar aos reformistas e perder o apoio daqueles e da sua própria ala direita.

Aos trabalhadores de seguros que lutam conscientemente contra a ameaça fascista e contra o capitalismo, coloca-se como tarefa principal a luta pela unidade para a defesa das principais conquistas: as nacionalizações e o controlo. Mas essa unidade só terá sentido se estiver garantida uma direcção revolucionária de luta, já que os reformistas do PC estão dispostos à capitulação e às cedências.

Por isso é necessário que os revolucionários lutem para que significativas camadas de trabalhadores compreendam que também numa fase de resistência a resposta revolucionária é contraditória com a resposta reformista, ultrapassam estas perspectivas e assumam como sua uma direcção revolucionária de luta.

Essa unidade dá agora os primeiros passos e começa a forjar-se na luta por objectivos concretos como o «horário nacional de trabalho».

Um grupo de trabalhadores da esquerda revolucionária apresentou a seguinte moção em A. G. do Sindicato de Seguros do Sul no dia 26:

MOÇÃO

Considerando que a situação de crise em que se encontra a economia portuguesa, à qual são alheios os trabalhadores, reflecte as próprias contradições do sistema capitalista, pretendendo o patronato, quer directamente, quer através do Estado burguês, fazer recair sobre as classes trabalhadoras o custo dessa crise;

Considerando que, em consequência dessa crise, existem cerca de 500 mil desempregados e que um aumento de horário de trabalho efectivo (horas extraordinárias, diminuição do descanso semanal, etc.) mantém esse exército de desempregados, fundamental para resolver a crise da burguesia em seu proveito;

Considerando que aumentos de horário de trabalho ou de produtividade significam, dentro do sistema capitalista, um agravamento da exploração das classes trabalhadoras pelo patronato;

Considerando que, neste contexto, a luta dos trabalhadores deve ser exactamente pela defesa e conquista de objectivos opostos correspondentes a interesses de classe antagonicos;

Considerando que para vencer esta luta, os trabalhadores terão de libertar-se das ilusões que a burguesia lhes incute para a solução dos seus problemas, particularmente as «ilusões eleitoralistas», as quais não serão mais que o pretexto para se tentar instituir um regime repressivo que possibilite a recuperação do sistema;

Considerando que o Projecto de Decreto-Lei sobre o HTN não passa de uma clara tentativa demagógica de salvação do capitalismo à custa dos trabalhadores, ao abrigo do que a burguesia e os seus partidos chamam de «socialismo» ou até sem esta capa;

Considerando que, mais uma vez, se pretende divi-

dir os trabalhadores, não aplicando o presente projecto de decreto-lic aos camponeses assalariados, às empregadas domésticas e aos trabalhadores das empresas nacionalizadas e públicas, possibilitando o aumento do trabalho efectivo para estes trabalhadores;

Considerando que a proibição de horas extraordinárias no actual CTT é uma conquista alcançada duramente pelos trabalhadores de seguros e que a mesma será destruída pelo presente projecto ao dar possibilidade de as mesmas se realizarem;

Os trabalhadores de seguros do Sul, reunidos em assembleia geral para tomada de posição sobre o HTN, decidem:

1 - Repudiar e lutar contra qualquer aumento do período de trabalho efectivo, isto é, horário de trabalho, horas extraordinárias e redução do descanso semanal, seja em que sector for, e considerar como gravemente lesiva dos interesses de todos os trabalhadores qualquer acção que vise esse objectivo;

2 - Apoiar incondicional e activamente todas as lutas que tenham como objectivo a redução de horário máximo efectivo, numa perspectiva de solidariedade entre todos os trabalhadores;

3 - Integrar em todas as frentes esta luta, na actual fase da luta mais geral de todos os trabalhadores contra o fascismo e o capitalismo e pelo socialismo;

4 - Exigir da direcção do Sindicato uma actuação consequente com estes objectivos na luta contra o fascismo e a recuperação capitalista.

Esta moção veio a ser aprovada com dois aditamentos, de um ponto relativo à luta pela uniformização do horário dos trabalhadores de seguros; e outro relativo à luta pela revogação do Dec.-Lei 505/74 (sobre o H. N. Trabalho).

MOÇAMBIQUE

Hoje, de novo, a fim de garantir a defesa do território nacional, o Comité Central da Frelimo chama o povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo, para defender a pátria atacada.

Em declaração lida ontem ao Comité Central da FRELIMO, o presidente Samora Machel determinou o corte de todas as relações com a Rodésia e o integral cumprimento das deliberações das Nações Unidas para o isolamento do regime racista minoritário que vigora naquele país.

Segundo informações vindas de Maputo, estas decisões do Governo da República Popular de Moçambique são tomadas depois de terem eclodido violentos incidentes na fronteira com a Rodésia, tendo as forças armadas deste país bombardeado, com artilharia e aviões a aldeia moçambicana do Pafúni.

Se bem que não tenha sido proferida uma declaração formal de guerra, Samora Machel, em nome do Comité Central da Frelimo, chamou o povo moçambicano, «do Rovuma ao Maputo», para defender a pátria atacada.

Esta decisão vem pôr claramente em causa a política reaccionária e a subsistência do governo racista e minoritário da Rodésia, ao mesmo tempo que fecha as principais saídas para o mar, que eram vitais para as exportações, rodesianas, graças às quais o regime reaccionário e minoritário tem conseguido sobreviver.

No final do discurso que proferiu, Samora Machel pediu a todos os países africanos, aos países progressistas e a todos os Estados que prezam a liberdade e a paz, para apoiar Moçambique na defesa da liberdade e no restabelecimento de uma paz justa nesta zona do continente.

Entretanto, em Moçambique, o processo revolucionário avança.

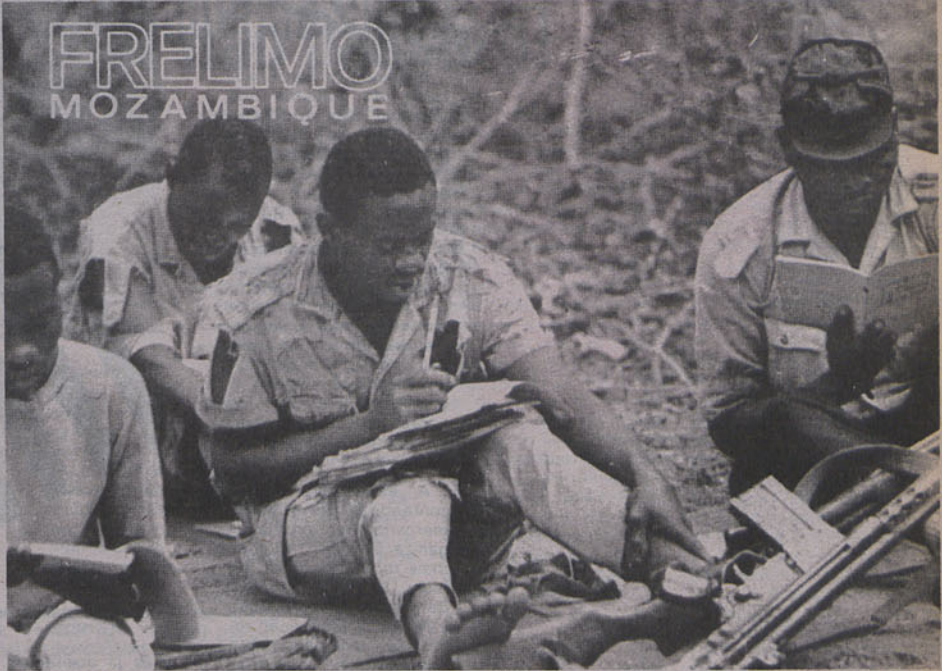
Reproduzimos uma resolução do Governo da República Popular de Moçambique que traduz as medidas recentemente tomadas sobre matéria de habitação.

«As cidades e os aglomerados populacionais são uma das estruturas que mais foram marcadas pelo estigma da discriminação racial e social e da exploração capitalista no nosso país.

«Elas reflectem de uma maneira gritante todas as contradições, injustiças, divisões e preconceitos da sociedade colonial portuguesa baseada no racismo

e no capitalismo. A população vive dividida segundo a raça, cor da pele e classe social.

«Ao mesmo tempo o direito ao alojamento, que corresponde à satisfação de uma necessidade essencial e elemental de cada cidadão e da sua família, é objectivo de uma especulação sem limites que conduz ao enriquecimento escandaloso de um certo sec-



tor da burguesia colonial.

«O povo moçambicano continua assim, apesar da conquista da sua independência política a ser discriminado, humilhado e explorado no seu próprio país, a mais das vezes por aqueles mesmos que durante todo o período colonial foram agentes, cúmplices ou beneficiários passivos da situação colonial.

«Esta situação de discriminação e de exploração é incompatível com os objectivos da República Popular de Moçambique e com a dignidade e liberdade do povo moçambicano. A fim de pôr termo a esta situação, o Governo da República Popular de Moçambique decidiu adoptar as medidas a seguir enunciadas:

«1. Cada família tem direito a ser proprietária da sua própria habitação. A ceita-se também que possa ter uma casa ou apartamento de repouso em local de Praia ou de campo.

«2. Revertem imediatamente para o Estado todos os prédios ou partes de prédios de rendimento.

São considerados prédios de rendimento os edifícios que, sendo destinados a habitação ou outros fins, tais como comércio, indústria ou agricultura, não sejam ocupados pelos actuais proprietários.

«3. Tratando-se de prédios cujos proprietários

tenham efectuado investimentos próprios ainda não amortizados pelos rendimentos, esses proprietários serão indemnizados em termos de fixar em diploma legal, em função do montante não amortizado.

«4. O Estado assegurará uma renda vitalícia aos actuais proprietários quando tenham como único meio de subsistência o rendimento de prédios e que por virtude da idade avançada, condição física ou outra incapacidade não tenham possibilidade de garantir o seu sustento e da família a seu cargo.

«5. Os indivíduos que sejam proprietários de prédios, mas residam noutro prédio, arrendado ou não, poderão declarar em qual das suas casas pretendem habitar.

Dessa opção será dado conhecimento ao inquilino que deverá desocupar o prédio no prazo máximo de noventa dias.

«6. Não poderão ser vendidos, cedidos ou por qualquer forma alienados imóveis sem prévia autorização do Estado.

«7. Os imóveis em construção cujos proprietários apresentem provas da sua utilização futura pelos próprios para habitação ou outros fins, designadamente comércio, indústria, agricultura, não são considerados prédios de rendimento.

A esses imóveis só se aplicará a reversão para o Estado se os proprietários não promoverem o prosseguimento normal das obras.

«8. Até a criação de órgãos apropriados, competirá ao Montepio de Moçambique e suas delegações receber as rendas, administrar e conservar os prédios que passam a constituir património do Estado.

«Até novas orientações, os inquilinos continuam a pagar o valor das actuais rendas. Os inquilinos que ainda não tenham pago as rendas referentes ao mês de Fevereiro, deverão fazê-lo de 10 a 15 do mês corrente, no Montepio de Moçambique, sem quaisquer adicionais ou multas.

«As medidas agora tomadas inserem-se no combate permanente do povo moçambicano sob a direcção da FRELIMO, pela conquista e consolidação da Independência Nacional, da dignificação do homem moçambicano, da libertação económica social e cultural do nosso país e da nossa sociedade.

«Elas constituem uma concretização das aspirações de todo o povo moçambicano pelas quais tomaram os melhores dos seus filhos, os heróis que hoje homenageamos.

«Os objectivos das decisões tomadas são:

«1.º — Liquidar o racismo, a discriminação racial e social que ainda existem na nossa sociedade, na nossa cidade.

Liquidar o racismo, acabar com a divisão para criar as bases da verdadeira unidade, unidade de todo o povo sem distinções baseadas na raça ou na cor da pele.

«2.º — Permitir ao povo tomar a cidade vivendo nela. A cidade não deve pertencer aos exploradores não deve continuar a ser propriedade dos capitalistas que desprezam os trabalhadores.

A cidade deve ter uma face moçambicana.

O povo vai poder viver na sua própria cidade e não no quintal da cidade.

«3.º — Organizar no seio da cidade, nos bairros, nos quarteirões, nos prédios, uma verdadeira vida colectiva.

Organizar a democracia no seio da cidade, de modo a que todos participem na discussão e resolução dos problemas da vida colectiva, da vida de todos e de cada um.

«Deste modo estamos a criar as bases para o exercício do Poder Popular democrático, o alicerce político da nossa Sociedade.





— a trabalho igual salário igual

Aquando da nacionalização da indústria dos tabacos, esta produção encontrava-se repartida por duas grandes empresas — a TABAQUEIRA, em Albarraque e a INTAR, em Cabo Ruivo.

Com a nacionalização deixou de fazer sentido o sistema até ali existente. Tornavam-se urgente reestruturar todo o sector, distribuindo a produção pelas duas fábricas segundo novos critérios e igualizar a situação dos operários (aliás sobretudo operárias) que nelas trabalham.

A Tabaqueira, representando 80 por cento do mercado e tendo uma organização em moldes mais modernos goza, de facto, de uma situação de privilégio em relação à INTAR. Tal situação reflecte-se nomeadamente nos salários — acertar os salários dos operários da INTAR pelos dos seus camaradas da Tabaqueira implicava um acréscimo de despesa de 30 000 contos.

Assim, o 1.º objectivo da luta dos trabalhadores da INTAR era a igualização dos salários.

Tem sido um processo longo de intermináveis negociações, provocando o descontentamento das operárias e tendo mesmo dado origem a uma greve espontânea.

Estivemos na INTAR falámos com elementos da Comissão de Luta — esta Comissão é formada por tres elementos que pertenciam à Comissão de delegados sindicais tendo sido os restantes propostos e rectificadas em Plenário.

«Não pretendemos igualizar a nossa situação com as operárias da indústria de bolachas ou de tecidos» — começou por nos afirmar uma operária. «Se nós produzimos tabaco, temos de ter uma situação semelhante à das camaradas no nosso sector».

«Nós temos capacidade suficiente para produzir o mesmo que os nossos camaradas de Albarraque» — sublinhou uma outra camarada. «É isto apesar da fábrica estar mais mal organizada do que a Tabaqueira, o que



até nos exige maior esforço.»

«Aliás já aceitamos o n.º de horas de trabalho e reduzir os efectivos por máquina para ficarmos em situação semelhante à das operárias da Albarraque. Aceitamos até um desfasamento de horários sem transporte assegurado — isto tudo por que tínhamos uma reivindicação: a igualização.»

«Desde a nacionalização que as duas fábricas funcionam em conjunto» — esclarece um elemento da Comissão de Trabalhadores da Tabaqueira que se deslocara à INTAR «até se produzirem as mesmas marcas em qualquer das fábricas indiscriminadamente, conforme as necessidades do mercado. Na Tabaqueira estamos já mais organizados e temos procurado dar todo o apoio aos nossos camaradas da INTAR.»

A LUTA NA INTAR E A GREVE ESPONTÂNEA

A luta pela igualização vem já desde a altura do aumento do tabaco. As negociações arrastavam-se intermináveis, ante a impaciência das operárias. Em plenário fora dado um prazo de trinta dias para a solução desse problema.

Faltavam ainda dois dias para o fim do prazo quando as operárias, espontaneamente, decidiram paralisar o trabalho.

«Todas as operárias — e mesmo os elementos da Comissão de Luta — nos tínhamos mentalizado que o assunto tinha que ficar resolvido naquele dia» — explica uma operária. «Isto porque o prazo que tínhamos dado estava a acabar e porque havia uma importante reunião de contratação. Assim, quando a Comissão de Luta chegou da reunião e comunicou que o assunto ainda não ficara resolvido as operárias decidiram paralisar e dispunham-se a não retomar o trabalho sem serem satisfeitas as suas justas reivindicações.»

Com esta atitude as operárias marcavam uma posição, mostrando a sua firme disposição de lutarem pelos meios que fossem necessários, até conseguirem aquilo que é justo. No entanto, atendo a que o prazo ainda não tinha acabado e que as negociações estavam a avançar (tinha já sido aceite um aumento de encargos da ordem dos 20 000 contos, faltando conseguir os restantes 10 000 mais as regalias salariais) a Comissão de Luta foi de opinião de que a greve devia ser suspensa.

Foi esta a posição defendida em plenário realizado no dia seguinte. No entanto as operárias começaram por não aceitar esta posição, «pois estavam fartas de esperar».

Porém, face à argumentação dada e tam-

bém à promessa de apoio dos camaradas da Tabaqueira, foi decidido prolongar o prazo por mais uma semana.

«Assim, até quinta-feira, esperamos que o caso esteja resolvido» — afirmam os trabalhadores.

«Se tal não acontecer, convocaremos um plenário que se pronunciará sobre as formas de luta a adoptar». Em tal caso, também os operários da Tabaqueira reunirão para discutir a situação na INTAR e decidir formas correctas de apoio e solidariedade a por em prática.

A luta da INTAR mostra bem que a nacionalização não resolve todos os problemas — longe disso! Sobretudo quando vivemos num Estado e temos um Governo que de modo nenhum está ao serviço dos trabalhadores.

A luta da INTAR terá certamente a grande importância de mostrar às operárias que trabalham a necessidade de se unirem e organizarem contra o capitalismo e a burguesia. Esta a grande lição — aos explorados deste país cabe dirigir a luta para mudar esta sociedade, pois se não o fizerem, ninguém o fará por eles.

Pescadores de Setúbal

Uma traineira de pesca artesanal longinqua foi vendida pelo armador conjuntamente com a sua tripulação. Parece uma história da Idade Média, mas não é: aconteceu em Setúbal, em pleno século XX.

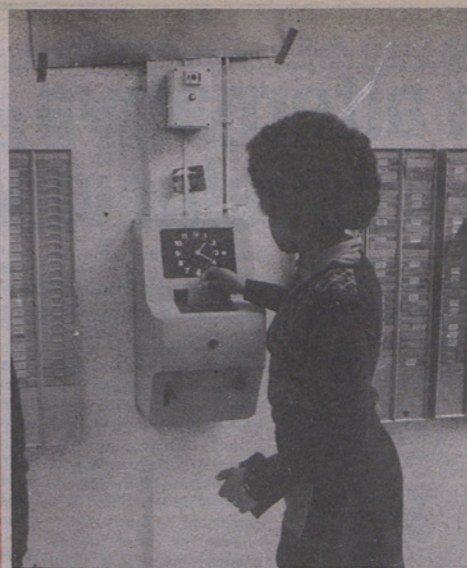
O barco e a sua tripulação foram vendidos por 6500 contos para Sines porque, como tinha a matrícula provisória teve de parar, o que não era lucrativo para os pescadores.

O barco foi comprado pelo actual dono, por 4400 contos, quer dizer uma companhia com 24 homens vale 2 100 000\$00; raio de País este onde um homem vale só 87 contos e quinhentos. Fomos vendidos como escravos, dizem os pescadores da traineira «Augusto Gaspar», e isto porque as leis fascistas de Salazar

ainda valem neste País, leis que permitem que homens sejam vendidos por 87 500\$00.

Se o patrão vender o barco então todos os outros armadores ganharão força e farão o mesmo, por isso os pescadores não estão na disposição de consentir tudo isto. Entraram em greve no dia 7.2.76, com o apoio solidário de toda a pesca longinqua que ainda se encontra em greve.

No dia 26, o delegado dos pescadores foi falar com o patrão e perguntou-lhe: se ele tinha de vender o barco sem o conhecimento da companhia — ao que ele respondeu, que não tinha nada que participar à companhia, porque quando ele comprou o barco não lhes foi a casa pedir o dinheiro para o comprar e que a companhia não tem nada que me-



Poder Popular esteve presente na conferência de Imprensa da C.T. da Conlus, onde foi divulgada a luta dos trabalhadores e as posições que assumem, nomeadamente em relação à atitude reaccionária do Governo. Assim, trazemos alguns apontamentos dessa luta; e da forma como o Grupo Exquisite Form Brassiere, a que pertence a Conlus, explora a «mão-de-obra»; e do sorriso benevolente com que o Governo vê passar os exércitos opressores do povo, exércitos que só vi-

sam reimplantar o fascismo em Portugal para mais explorarem; e trazemos um apelo à solidariedade activa e organizada dos trabalhadores para com os seus camaradas da Conlus, pois a luta é comum: contra o capitalismo internacional, contra a ameaça fascista.

COMO FUNCIONA UMA MULTINACIONAL

A Exquisite Form envia para Portugal as matérias primas fabricadas pelo próprio Grupo, no

CONLUS

a chantagem estrangeira não passará!

estrangeiro. Chegam à Conlus, neste País à beira-mar explorado, são transformadas em cintas e soutiens, e rápida e eficientemente recolocadas no estrangeiro (através do próprio Grupo, claro...). Nada fica em Portugal: nem cintas, nem lucros, nem capital, e agora, para coroar tanto engenho e rapinança, nem sequer os vencimentos cá chegam. E quando chegavam (do Canadá) já vinham com os encargos sociais (Previdência, etc.) «descontados»... Aliás, como multinacional que se preza, a Exquisite Form é especialista em «descontar» o que pode ao país onde explora: retira a produção abaixo do preço de custo; ao Governo e à Banca, já «retirou» 16 mil contos; aos trabalhadores, 4200 contos; aos Serviços Sociais, 4300 contos; não satisfeita com esta indigestão de lucros, tenta agora «retirar-se» airoso para

países onde a mão-de-obra seja mais barata e a especulação ainda mais rentosa, deixando por cá os trabalhadores no desemprego e a lista das sabotagens económicas engrossada.

Os trabalhadores têm travado uma luta heróica contra esta engrenagem nacional e internacional que lhes corta as encomendas e matérias-primas, pondo-os em perigo de terem de fechar portas à fábrica. Para realizar os seus intentos os accionistas têm proposto aos trabalhadores os negócios mais caloteiros (as musas do lucro inspiram-nos de uma forma espantosa), excedendo-se na arte de explorar o semelhante. Pelos vistos pensaram que os trabalhadores portugueses estatisticamente eram suficientemente analfabetos para tomarem «gato por lebre», sem verem que «bom» negócio se meteriam («generosos» empréstimos e outras artes de rato); esqueceram-se os senhores capitalistas, sem dúvida, que os trabalhadores unidos e organizados vencerão a «nobre ciência» de rapinagem de todos os capitalistas juntos, que a perspectiva de duras lutas não pode atemorizar mais os trabalhadores do que a miséria imposta pelo capital.

Ante a recusa dos trabalhadores de se deixarem enrolar, a Exquisite Form logo descobre nova sacanice: desresponsabiliza-se da firma e das suas dívidas (truque muito na moda) e os trabalhadores que hipotecaram a empresa e se desenasquem! Mas de novo os trabalhadores dizem não.

Ante a recusa dos trabalhadores de se deixarem enrolar, a Exquisite Form logo descobre nova sacanice: desresponsabiliza-se da firma e das suas dívidas (truque muito na moda) e os trabalhadores que hipotecaram a empresa e se desenasquem! Mas de novo os trabalhadores dizem não.

COMO FUNCIONA UM GOVERNO DA BURGUESIA

É evidente que para uma empresa como a Conlus, que produz em tão grandes quantidades que poderia «afogar» o mercado nacional em cintas, apenas com uma semana de produção, e considerando a sua avançada técnica, só há uma solução: o Governo deverá prover à importação de matérias-primas, procurar a colocação no mercado inter-

nacional e nacionalizar a Conlus sob controle dos trabalhadores. Aliás, seria a única forma de recuperar as dívidas (é o menos que se lhes pode chamar) que a «Exquisite Form» nos legou. Lógico.

Porém, seria ninhiceira pensar que a estupididade dos lacaios governamentais do capital seguiria uma lógica tão simples. O Governo pensa pelo contrário, que não vale a pena ajudar os trabalhadores; o Governo terá, palavra de honra, o maior prazer em arrastar as negociações até que os trabalhadores morram de fome; o Governo pensa que a melhor maneira de resolver a crise económica é deixar fechar a Conlus e pedir «mais um sacrifício revolucionário» à bolsa dos trabalhadores; e quanto à crise de desemprego, que decide o Ministério das Corporações? Oh, nada melhor que fechar os olhos às diversas chantagens e sabotagens da «Exquisite Thief» e colaborar tacitamente no despedimento de 200 a 370 trabalhadores.

COMO LUTAM OS TRABALHADORES ORGANIZADOS

Os trabalhadores da Conlus e a sua C.T. não desarmam perante o ataque dos patrões. Têm conseguido encontrar as formas mais correctas de luta — na greve parcial, ocupação das instalações (contra sabotagem e roubo de máquinas), etc.

A organização capitalista virada para o lucro, o roubo e a opressão) os trabalhadores da indústria da região têm oposto a solidariedade activa — ajuda económica e formação de piquetes. A reorganização legal do capital através do Governo burguês e reaccionário, os trabalhadores opõem a sua crescente organização, quer na fábrica, quer no sindicato (neste caso Têxteis). E lançam um ultimato ao M. das Corporações: os trabalhadores responsabilizam o Governo pelas consequências da atitude do Ministério perante as negociações que a C.T. propõe definitivamente.



fomos vendidos como escravos!

ter-se na vida dele.

Como é que os pescadores não tem nada a ver com os negócios do patrão, se estão em risco de ver vendido o seu ganha-pão e mais, de se verem vendidos eles próprios?

Como é que não tem nada com os negócios do patrão, se o patrão ganha 20 vezes mais que cada pescador do peixe que o próprio pescador apanha, e enquanto o pescador se levanta às 4 horas da madrugada e trabalha até às 10 horas da noite, o patrão nada

faz?

Como podem os pescadores nada ter a ver com as negociatas do patrão, se na companhia existem 5 retornados da família do mestre, que além da sua parte ainda recebem o subsídio do IARN e os pescadores descontam 2 por cento para o Desemprego e ainda não recebem nenhum dinheiro desde que entraram em greve?

Qual é a solução para este problema, que é o problema, que é o problema, que é o problema?

A resposta é dada pelos próprios pescadores: — Não deixar levar o barco.

Formação de uma cooperativa, que conta já com o apoio de camaradas de outros barcos.

A luta continua! A vitória é certa!

Operários, camponeses e pescadores, unidos venceremos! Unir para resistir! Lutar para vencer!

O Núcleo de Setúbal do Movimento de Esquerda Socialista

A organização e a luta das massas populares são a muralha contra a qual se despedaçarão as investidas da burguesia

CHILE —

mensagem do MAPU

por uma alternativa popular e revolucionária

Concluimos neste número do «Poder Popular» a divulgação das mensagens de solidariedade militante que as organizações revolucionárias de todo o mundo com quem mantemos relações fraternas enviaram ao nosso II Congresso Nacional.

No momento em que vocês realizam o II Congresso Nacional, fazemo-vos chegar as nossas mais fraternas saudações e o nosso profundo desejo de que os debates e conclusões signifiquem um avanço e fortalecimento das posições revolucionárias da classe operária e do Povo português. Esperamos que o Congresso seja um passo fundamental para o amadurecimento e esclarecimento do caminho estratégico e tático para a revolução portuguesa. Estamos seguros de que, enquanto as forças da contra-revolução lançam uma ofensiva política em Portugal, o MES se fortalecerá com esta sua realização como destacamento revolucionário do proletariado português e condutor fundamental das suas lutas.

Pela nossa parte, queremos contribuir com a nossa experiência revolucionária no Chile.

O golpe militar de 11 de Novembro de 1973 significou uma enorme derrota

para a classe operária e o povo chileno. A situação pré-revolucionária gerada pela agudização da luta de classes no Chile encontrou o povo sem a direcção revolucionária capaz de afastar a ofensiva da contra-revolução burguesa e de avançar decididamente para a conquista do poder e a edificação do socialismo.

A ausência da vanguarda proletária deixou o povo desarmado face à ofensiva burguesa. Este facto, esta carência da vanguarda, é para nós um dos ensinamentos fundamentais da severa derrota que sofremos. Naturalmente, não se trata do único ensinamento. A derrota também pôs a claro a falência das concepções reformistas no seio do movimento operário.

Com efeito o reformismo, hegemónico na classe operária, demonstrou a sua incapacidade para conduzir o povo à vitória. A sua concepção pacifista da luta, a sua concepção gradualista

sobre a ocupação e transformação do Estado burgueses sem o destruir, a sua táctica de consolidar reformas parciais dentro do quadro da democracia burguesa sem instituir o poder das massas, sem impulsionar o desenvolvimento do Poder Popular, a sua concepção profissionalista das forças armadas burguesas, a sua concepção conciliadora na política de alianças com os sectores não proletários, todas estas concepções estratégicas e tácticas demonstraram no Chile a sua inviabilidade teórica e prática, o seu afastamento do marxismo-leninismo.

Isto não significa, para nós, subavaliar a importância do processo revolucionário impulsionado pelo Governo Popular, pelas massas e pelos seus partidos. Pelo contrário, o processo político e social de transformações revolucionárias que se abriu com o Governo Popular foi de uma riqueza e de uma importância fundamental para o nosso povo.

Também não significa iludir as nossas responsabilidades políticas na derrota. A falta da vanguarda revolucionária é também uma responsabilidade nossa, por não termos sido capazes de a construir, o que é parte das nossas debilidades e insuficiências como destacamento revolucionário. Esta é a necessária autocritica frente à classe operária e ao povo chileno.

Hoje, a nossa tarefa fundamental é lutar pelo desenvolvimento de uma alternativa popular e revolucionária poderosa, capaz de abater a ditadura dos monopólios e o imperialismo e implantar, com a força política e militar das massas, um Governo popular revolucionário provisório que acumule forças e desenvolva um programa anti-imperialista, antimonopolista, e antilatifundista. Este Governo, apoiado no poder popular armado, deve criar as condições para avançar ininterruptamente até à conquista do poder, à instauração da ditadura do proletariado e à construção do socialismo.

Para desenvolver este objectivo táctico é necessário, em primeiro lugar, desenvolver a unidade das forças políticas revolucionárias estrategicamente mais semelhantes e afins. Uma estreita unidade com a Esquerda Cristã, com a esquerda do Partido Socialista e com o MIR é, a nos-

so ver, uma condição fundamental para avançar na perspectiva da construção da vanguarda, processo que será longo e difícil e de intensa luta ideológica.

O desenvolvimento das forças revolucionárias na sua prática de massas conjunta e na procura de uma linha política convergente, permitirão avançar e garantir a hegemonia dos interesses do proletariado nas diversas frentes que a classe operária necessita construir para derrubar a ditadura. Isto assegurará uma política de alianças sólidas com o conjunto da esquerda chilena, que impeça a subordinação ao reformismo e assegure também a hegemonia proletária na ampla frente antiditatorial, onde devem concorrer com a esquerda chilena, os sectores autenticamente democráticos da democracia cristã.

Só desta maneira é possível assegurar a hegemonia proletária e impedir a subordinação do movimento operário à oposição burguesa.

Hoje em dia, no Chile, a ditadura atravessa sérios problemas. A crise económica e política agudiza-se dia a dia. O fracasso da sua política económica ultra-reaccionária, os seus conflitos com a Igreja, o seu crescente isolamento internacional e o aumento da capacidade de protesto das massas geram uma aceleração das condições no seio da burguesia e das próprias Forças Armadas. O aumento considerável da repressão, não é mais que uma amostra clara das debilidades da ditadura e do seu propósito, de conter o descontentamento popular e neutralizar o desenvolvimento da oposição burguesa.

A manifestação mais relevante destes factos está na força que tem atingido nos últimos meses a alternativa burguesa de nova mudança encabeçada por Frei. Perante o fracasso da actual camarilha militar governante, a burguesia chilena e sectores importantes do imperialismo «yanqui» apareceu com a fórmula de «uma nova mudança, do lavar a cara à ditadura, ponho Frei à cabeça, o «general civil do golpe», agente fiel dos monopólios e do imperialismo norte-americano. Frei pretende salvar a ditadura da burguesia, pretende dividir o movimento popular e a esquerda chilena, oferecendo, com o seu usual cinismo, uma saída «democrática» para

resolver os problemas do país. Mas o povo conhece muito bem Frei, vê nele um inimigo de classe e não se deixará arrastar pelo seu plano demagógico. A resposta da classe operária e do povo, é exigir uma alternativa popular e revolucionária que lhe abra um verdadeiro caminho de libertação. A resposta do povo é combater, fortalecer os comités de resistência e as comissões de fábrica, é fortalecer as suas organizações sindicais; é exigir às forças populares e revolucionárias uma alternativa e uma decisão de combate que abra ainda mais brechas nas fileiras do inimigo, preparando-se em todos os terrenos para derrotar qualquer forma de ditadura: hoje a de Pinochet ou amanhã a de outro general ou a de Frei.

O MAPU defende que a

verdadeiramente democráticos que lutam contra a ditadura e incorporá-los numa ampla frente antiditatorial. Isto também passa por constituir uma plataforma democrática que una todos os sectores do povo que lutam contra a ditadura e que signifique hoje em dia um impulso à luta unitária das massas.

Finalmente companheiros, o MAPU agradece o profundo sentido solidário e internacionalista do MES e do Povo português com a causa do povo chileno. A nossa luta é internacionalista. Os nossos povos têm como inimigos comuns os monopólios, as multinacionais e o imperialismo norte-americano. A solidariedade internacional dos povos do mundo com a luta do nosso povo, tem este significado e esta relação profunda. O triunfo do Viet-

PSU francês

O PSU, organização que em França deu o apoio mais importante à revolução portuguesa, sauda o Congresso do MES, organização política com a qual manteve estreitos laços.

Se bem que tendo concepções políticas divergentes sobre a maneira de conduzir um processo revolucionário de transição Para o socialismo, o PSU quer afirmar a sua solidariedade total com os trabalhadores portugueses e as suas organizações, que enfrentam uma repressão sorrateira ou directa.

O PSU considera que a defesa activa, a popularização das conquistas da revolução portuguesa é uma tarefa essencial dos revolucionários, do mesmo modo que a sua capacidade em extrair as lições dos insucessos e dos erros passados. E nesta perspectiva que o PSU continuará solidário com os revolucionários portugueses.

Viva a Revolução Portuguesa!

Viva a unidade dos trabalhadores contra o fascismo e o capitalismo!

luta no Chile será armada. A violência da burguesia e ao imperialismo, o povo deve responder com a violência proletária. A luta armada deve ser uma luta de massas e não uma luta de pequenos grupos ou de terroristas que se substituem às massas.

É evidente que, hoje, a luta política é a principal, e não a militar, mas é necessário desde já preparar as condições para o desenlace militar inevitável.

O nosso esforço fundamental é lutar para preparar este caminho de vitória. Ele passa, hoje em dia, pela unidade necessária das forças revolucionárias, pela unidade do conjunto da esquerda chilena debaixo da mesma táctica de luta por uma unidade que construa um programa popular e revolucionário que seja capaz de ganhar os sectores

name e do Camboja, os avanços imparáveis do povo angolano conduzido pelo MPLA, são exemplos que expressam o poder do povo para vencer os seus inimigos por muito poderosos que sejam. O povo chileno e o povo português também vencerão.

AVANCEMOS:
— No boicote à junta assassina de Pinochet!
— No desenvolvimento do internacionalismo proletário!
— No apoio às lutas de libertação dos povos!

OS POVOS CHILENO E PORTUGUÊS VENCERÃO!
Partido MAPU (representação exterior)
Paris, Fevereiro 1976

Politique Hebdo

«Politique-Hebdo», jornal unitário da esquerda revolucionária francesa, agradece ao MES o seu convite, que permite saudar esta noite o conjunto da esquerda revolucionária de Portugal.

Solidariedade de ontem: nós fizemos o possível para dar, contra a corrente da quase totalidade da imprensa francesa — submetida ao bombardeamento da direita e da social-democracia — uma imagem exacta do processo português com relevo para o avanço do poder popular.

Solidariedade ama-

nhã, enquanto se impõe cada vez mais a necessidade de uma estratégia revolucionária comum para todos os países do Sul da Europa ocidental.

«Politique-Hebdo» é só um jornal, não é uma organização. Convidando-nos para o seu congresso, o MES reconheceu o interesse da nossa independência de espírito, que só pode corresponder ao interesse do conjunto da esquerda revolucionária de Portugal.

A LUTA CONTINUA
Paul Blanquart

Morais e Silva ou a manipulação dos militares pelas forças de direita

É já prática corrente esta de os chefes militares exprimirem as suas posições (e contradições) políticas em discursos aos soldados (aliás, note-se, sempre em nome do repúdio à instrumentalização e ao divisionismo!).

Já nos habituamos à campanha-antigolpe-de-direita (?) que Vasco Lourenço agora desenvolve nas suas excursões pela Região Militar de Lisboa.

Também Moraes da Silva, Chefe do Estado Maior da Força Aérea e uma das figuras centrais da provocação que esteve na base do golpe reaccionário do 25 de Novembro aparece agora a iluzir este método (em nome do apertadismo e não instrumentalização das FA? ou contra

o divisionismo?...).

Afastados os oficiais revolucionários, há que atacar agora os moderados.

Este o plano das forças fascizantes e do imperialismo ianque.

Este o sentido do discurso de Moraes da Silva.

A propósito do reconhecimento de Angola (onde considera existir um regime soviético-cubano) ataca Melo Antunes («elemento que sem ser porta-voz do CR insiste em fazer em seu nome afirmações menos exactas») e Costa Gomes («tenho sim o dever, como militar, de acatar as decisões dos meus superiores hierárquicos, mas com elas não sou obrigado a solidarizar-me»).

Muito curiosas são as

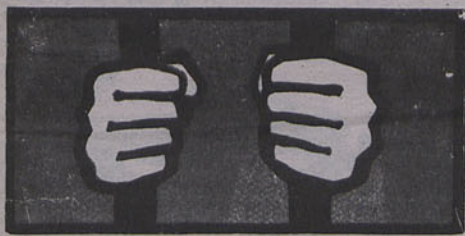
declarações sobre o perigo de golpes e contra-golpes: sobre este tema, Moraes da Silva fala com conhecimento de causa e evidencia «um largo saber, de experiência feito» dado o papel que desempenhou (impecável, aliás!) de espicamento dos Páras, em relação ao 25 de Novembro. Moraes da Silva afirma temer que «certos militares, insatisfeitos por qualquer motivo, sejam lançados num movimento aventureirista de antemão votado ao insucesso mas cuja exploração, no contra-golpe, virá dar largos lucros às forças interessadas e que estiverem por detrás do arranque».

Quem são estes «militares insatisfeitos»? Obviamente são os oficiais

fascizantes, que após o 25 de Novembro foram colocados em cargos de chefia o que lhes permite já acalantar veleidades de um golpe que nos leve de volta ao 24 de Abril; são os candidatos a Pinochets que hoje se encontram à frente de numerosas e importantes unidades militares.

Usando, muito significativamente, a primeira pessoa do plural, Moraes da Silva prossegue: «Mais do que nunca temos de estar alerta e prontos a reagir a quaisquer provocações».

Morais da Silva lá sabe o porque das suas preocupações com os golpismos... Tem ao menos uma vantagem: não esconde de que lado da barricada se encontra...



O CLARP, tendo tomado conhecimento do discurso do brigadeiro graduado sr. Vasco Lourenço no Regimento de Lanceiros de Lisboa, em 24/2/76, protesta energeticamente contra o respectivo teor, frontalmente ofensivo das mais elementares regras de respeito pela dignidade de militares que desde a primeira hora se colocaram no campo da revolução e da construção de uma nova ordem política, económica e social.

Independentemente do procedimento criminal que os visados — mais concretamente o comandante do ex-RPM e seus adjuntos, maiores Campos de Andrade, Tomé e Curo Rosa — a seu tempo intentarão contra quem abusa das prerrogativas do seu posto e da sua posição política para lançar sobre homens indefesos suspeitas, ofensas e calúnias, independentemente de medidas que os tribunais competentes certamente saberão tomar quando solicitados face a este libelo infundado, despropositado e vindo de quem não deve nem pode fazê-lo, o CLARP exige desde já que o Presidente da República, na sua qualidade de CEMGFA, trave esta campanha difamatória, parte de um plano destinado a transformar os presos do 25 de Novembro em bodes espiatórios sem quaisquer garan-

tias de defesa.

É provável que o actual comandante da RML julgue garantir, através de actos destes, os seus lugares políticos e militares e as suas estrelas.

Considera o CEMGFA ser admissível num regime que se quer democrático, que os presos estejam sujeitos à difamação impune dos seus carcereiros sendo-lhes imediatamente levantados autos disciplinares quando procuram defender-se publicamente dos que publicamente os acusam? O sr. brigadeiro graduado Vasco Lourenço procura conservar o seu lugar face às arremetidas de uma direita civil e militar que não perdoa a ninguém, nem sequer a ele próprio, o ter sido um dos homens do 25 de Abril. Mas acha o CEMGFA admissível que o comandante de uma região militar utilize as suas deslocações de serviço para, a goberno das ajudas de custo, estender as mãos «aos que ainda não estão satisfeitos», acusando as vítimas de uma invasão de gastos e depredações de que são responsáveis os invasores?

O brigadeiro graduado sr. Vasco Lourenço julga tranquilizar, com discursos destes, quantos (e muitos são à sua volta...) pretendem que um 28 de Maio se siga a um 25 de Novembro. Mas consi-

desmascarar calúnias...!

dera o CEMGFA admissível que se espelhe perante as câmaras da televisão, face a todo o Povo português, com os 700 contos dessas alegadas depredações quando um conhecido militar organiza excursões ao teatro, a Rio Maior e a Trás-os-Montes e rusgas ao Alentejo de chaimite e de helicóptero, numa clara provocação aos trabalhadores e aos antifascistas?

Atacando o conceito de disciplina revolucionária, o brigadeiro graduado sr. Vasco Lourenço procura mostrar-se um igual aos que, à sua volta (e muitos são), defendem a disciplina contra-revolucionária. Mas acha o CEMGFA e Presidente da República admissível que um conselheiro da Revolução, ocasional porta-voz dos seus pares, trate como um «conjunto de subgrupos armados» uma força militar que honestamente e com grande autenticidade se procurou colocar ao lado das lutas do povo? É essa a visão que o CR tem do movimento revolucionário?

Para se mostrar um igual e um aliado seguro da direita, um chefe político e militar, utiliza a sua linguagem e vai ao encontro das suas especulações acerca de uma unidade militar progressista, comandada por militares antifascistas e apoiada (o próprio sr. Vasco Lourenço o admite) pelas forças populares da zona. As invenções acerca do «casal

dos velhos» desalojados são... invenções; tal como as fantasias acerca de torturas. Num país onde os crimes do fascismo continuam miseravelmente impunes, a direita procura fazer esquecer-los, tecendo uma teia de fantasias acerca das actividades das forças progressistas. O sr. Vasco Lourenço — conselheiro da Revolução, comandante da RML, brigadeiro graduado, adere ao coro de direita. Terá o sr. brigadeiro graduado sr. Vasco Lourenço, instrumentalizado pela direita, legitimidade para continuar a falar na instrumentalização de militares pelas forças de esquerda?



BREVE

Apenas eleitoralismo?

A propósito das eleições, as relações PC/PS tem ocupado largas colunas dos jornais portugueses.

O PS convencido de que pode recolher votos de largas camadas de anticomunistas lança-se numa campanha histórica contra o PC a quem acusa de golpista e antidemocrático.

O PC coerente com as teses do «compromisso histórico» adoptadas pelos seus congéneres europeus, pretende aproximar-se do PS e tentar desesperadamente afastá-lo dos seus amigos pépêdes.

Neste sentido vão as repetidas afirmações de Cunhal (em passeio pelo leste) de que a viabilidade do processo democrático depende da aliança PC/PS.

Reflexo destas jogadas (para eleitor ver) são o empolamento desmentido dos acontecimentos de Benavila (lendo as versões PC e PS quem adivinha que se trata dos mesmos factos?) e a fúria da direcção do PS pelo comunicado conjunto PC/PS divulgado na UTIC contra a discursata do dr. Arnaldo Matos.

São as massas trabalhadoras que paga todas estas politiquices eleitorais. Resta apenas uma vantagem — tornar claro o jogo destes «grandes partidos de esquerda»... e demonstrar a urgência de erguer uma alternativa revolucionária ao reformismo e ao revisionismo.

Assim vão os Congressos dos PCs!...

No último Congresso do PCF retirou-se do programa a expressão **ditadura do proletariado**, que foi substituída por «socialismo com as cores da França».

No último Congresso do PCUS, sem a presença do secretário-geral do PCF, um ideólogo de serviço destacou-se ao verbélar «os que servem o leninismo às fatias».

É conhecida a cor da bandeira francesa: às tiras (fatias?) vermelha, azul e branca.

Guarda-costas de Soares fabricante de nota falsa...

De dentro da «sua» tipografia TILUSA (roubada a quem lhe dera a mão) Joaquim Centeno, antigo campeão de boxe e organizador de combates-vigiarice, recebe a polícia a tiro, é algemado e preso.

Fabricava dólares falsos nos intervalos do seu emprego de guarda-costas do dr. Soares — do PS.

Ainda por cima tinha um arsenal em casa de se lhe tirar o chapéu que foi todo apreendido.

Ainda não vimos a notícia em nenhum jornal...

JUVENTUDE — que programa?

Como um dos grupos mais sensíveis à repressão, à miséria e ao autoritarismo capitalistas, a juventude, desempenhou um papel importante, quantas vezes decisivo, em todo este período em que vivemos e que se iniciou com o «25 de Abril».

De facto, nas grandes jornadas de mobilização antifascista e anticolonialista, na participação e dinamização dos órgãos de Poder Popular, no combate no interior do exército, nas inúmeras lutas de fábrica, na imposição de um funcionamento democrático dos aparelhos escolares, enfim, na luta pelos saneamentos, o controlo operário e a reforma agrária, milhares e milhares de jovens operários e estudantes, empregados e soldados fizeram sentir a sua presença massiva; gritando NÃO! ao fascismo, ao capitalismo e ao imperialismo!

A FRENTE DE JUVENTUDE ANTES DO «25 DE ABRIL»

Antes do 25 de Abril foi o combate antifascista anticolonial e antimilitaristas que conseguiu unificar largos sectores da juventude portuguesa que, apesar dessa unificação raramente se ter expresso em termos organizativos, constituiu um permante «cancro» para o regime fascista. O trabalho então desenvolvido pelos militantes revolucionários era um trabalho de denúncia da guerra colonial, e da consequente militarização crescente nas fábricas, nas escolas, nas ruas que fisava transformar os jovens em futuros assassinos de guerra e defensores dos mais ignóbeis interesses dos ex-dona.

Essas perspectivas seu expoente máximo no combate travado no próprio seio do exército colonialista (onde «pela 1.ª vez» jovens operários, camponeses, empregados e estudantes se encontravam) que denunciávamos como uma autentica máquina de guerra simultaneamente assassina e domesticadora;

Essas perspectivas uniam, de facto, longos sectores de jovens que de uma leve consciencia progressistas «antiguerra» iam progressivamente

snendo dispertos para a luta política. Elas vieram mesmo a contagiar vários elementos do «quadro» e os frutos do trabalho desenvolvido ficaram à vista com o «25 de Abril».

DO 25 DE ABRIL AO 25 NOVEMBRO

Como dissemos na introdução, a juventude portuguesa viveu intensamente todo este período.

Mas, nesta fase, não se tratava de encontrar os pontos de luta específicos da juventude de maneira a unificá-la em mais uma frente de luta anticapitalista. A questão do poder estava em causa, e as particularidades de cada sector ou frente de luta iam sendo secundarizadas face às «grande questões» que estiveram sempre na «ordem do dia».

A juventude progressista e revolucionária empenhou-se, assim nas tarefas globais que se colocavam a todos os progressistas e revolucionários em que o socialismo, o fim da exploração e opressão capitalistas, eram já uma meta para a qual se podiam dar significativos avanços.

No entanto, o empenhamento dessas largas camadas de jovens se era feito de «alma e coação» com a vontade revolucionária de quem luta por uma sociedade em que os seus grandes ideais a colectivização a solidariedade, a igualdade se podem verdadeiramente realizar, ele era ainda um empenhamento pouco consolidado politicamente.

Assim, inevitavelmente o golpe reaccionário de «25 de Novembro» veio criar um certo ambiente de desanimo e uma falta grande de novas perspectivas de luta.

Várias perguntas se põem, pois, neste ambito aos revolucionários:

Como chamar de novo à luta estes sectores desanimados?

Como retirar a influencia que a direita mantém e, em certos casos reforçou sobre largos sectores da juventude portuguesa?

Como unificar os jovens operários, estudantes ou empregados?

Enfim, QUE PROGRAMA DE LUTA PARA A JUVENTUDE?

ALGUNS CONTRIBUTOS PARA UM PROGRAMA DE LUTA PARA A JUVENTUDE

Em qualquer lugar em que o jovem se encontre, fábrica, escola, escritório, exército, rua, estação, cada vez mais, presentes a ameaça fascista e o reforço do autoritarismo capitalista.

Estes parecem ser os dois grandes objectivos de combate que podem

desemprego. Por um lado, milhares e milhares de jovens quer vindos do Exército (com a massiva passagem à disponibilidade) quer vindos dos aparelhos escolares, não encontram colocação. Por outro, os despedimentos em massa tendem a recair sistematicamente sobre os operários jovens e as mulheres. A percentagem de jovens no contingente de desempregados que já ultrapassou os 300.000 é assustador! Assim:

— **Contra o desemprego!**

Ao entrar no quartel o jovem recruta vai encontrar de novo todos os anteriores mecanismos do DRM fascista. Assim:

— **Contra a profissionalização das F.A.!**

— **Pela democracia nos quartéis!**

— **Pela liberdade de reunião e discussão políticas!**

— **Contra o DRM fascista!**

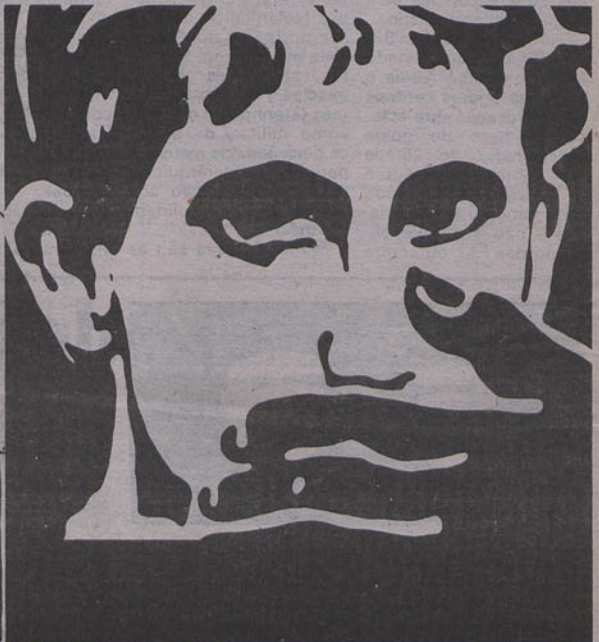
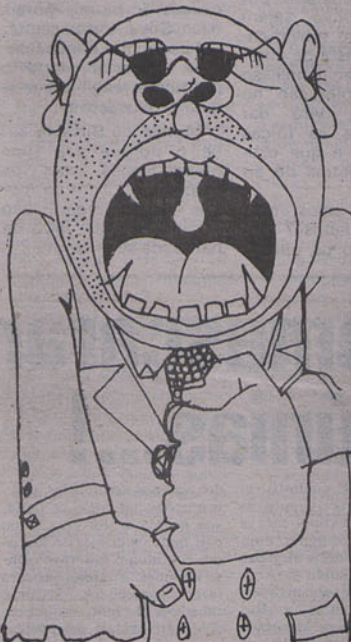
NA ESCOLA:

O MEIC e o VI Governo, apoiados pelas forças fascistas e fasci-

guesia reserva aos jovens são os divertimentos embrutecedores, a cultura de consumo, a criatividade reprimida, irremediavelmente integradas num consumo imbecil e sistematicamente forçado pelos «meios de comunicação», preparado para reduzir os tempos livres a mais outros tantos lucros fabulosos para os patrões. Assim:

— **Pelo direito à cultura contra a «cultura» do consumo!**

— **Pela auto-organização dos tempos livres!**



não só unificar a juventude entre si mas ligar imediatamente essa frente de luta ao combate popular antifascista e anticapitalista

— **Contra a ameaça fascista; Contra o autoritarismo capitalista,** palavras de ordem que para serem verdadeiramente assumidas pela juventude há que ligá-las com uma outra:

— **Contra as discriminações sobre a juventude!** E sabe-las concretizar constantemente nos vários terrenos e campos de luta:

AO NÍVEL DO FUTURO PROFISSIONAL

Nun capitalismo em crise como o nosso, cada vez mais a burguesia só tem um futuro para oferecer aos jovens — o

— **Contra os despedimentos!**

— **Direito ao trabalho!**

NA FÁBRICA:

Na fábrica o jovem é explorado de uma dupla forma, uma como qualquer outro operário outra como jovem, ganhando normalmente ainda mais baixo que os restantes trabalhadores ou sendo qualificado abaixo da sua real formação.

Assim: — **A trabalho igual salário igual!**

NO EXÉRCITO:

Depois do «25 de Novembro» o exército retomou todas as características de um clássico exército burgues profissionalizado — máquina de repressão por excelência.

zantes cada vez mais actuautes nas escolas, desenvolvem uma campanha clara visando o aniquilamento das conquistas democráticas alcançadas para poderem reconverter «calmamente» as escolas em máquinas capitalistas simultaneamente formadores de técnicos e mentalidades burguesas. Assim:

— **Contra a política antidemocrática do MEIC!**

— **Contra a reconversão capitalista das escolas!**

— **Contra o avanço fascista nas escolas!**

AO NÍVEL DOS TEMPOS LIVRES:

A lógica da exploração e do lucro capitalistas há muito que invadiram todos os aspectos da vida humana. A única criatividade, cultura ou divertimento que a bur-

AO NÍVEL DO QUOTIDIANO:

Os jovens são oprimidos por todo um complexo institucional e moral repressivos para, desde a adolescência, lhes serem inculcadas as ideias de obediência, das «coisas que não se discutem», dos sacrifícios incompreensíveis modeladores de uma mentalidade dócil tão necessária à dominação capitalista! A repressão sobre a livre expressão sexual dos jovens ao mesmo tempo que se espalham, aos milhares, livros de «pornografia miserável», é bem o espelho dessa vida de «fachada» que a sociedade capitalista nos quer fazer viver. Assim:

— **Pelo direito à livre informação sexual!**

— **Pe-o direito ao aborto livre e gratuito.**

OS COMUNISTAS E O PARLAMENTO

A aproximação das eleições para o Parlamento burguês vem colocar novamente uma questão já de si antiga no movimento comunista que é: devem ou não os revolucionários combater no terreno eleitoral e Parlamentar?

É pelo facto de haver camaradas que, na luta revolucionária, defendem nesta altura o abstencionismo parlamentar (como é o caso do PRP), que publicamos a seguir as intervenções de Lenine e Bordiga (este representante da fracção de esquerda, comunista, do Partido Socialista Italiano) no II Congresso da Internacional Comunista, (1920), com o objectivo de contribuir para a correcta resolução desta questão.

Nesse congresso da III Internacional foi aprovado um conjunto de teses (que também já publicamos no «Esquerda Socialista» pouco antes das eleições do ano passado) que, repudiando o parlamentarismo como uma forma desejável de organização do Estado e da sociedade futura, negando a possibilidade da conquista durável dos Parlamentos e tendo por objectivo a sua abolição, distinguia no entanto estas questões da utilização do parlamentarismo com o objectivo de contribuir para a Revolução proletária.

antiparlamentarismo por princípio

Camaradas!

A fracção de esquerda do Partido Socialista Italiano é antiparlamentar por razões que não se referem apenas à Itália, mas têm um carácter geral.

Trata-se aqui de uma discussão de princípio? Evidentemente que não. Em princípio, somos todos antiparlamentares porque repudiamos o parlamentarismo como meio de emancipação do proletariado e como forma política do Estado proletário.

Os anarquistas são antiparlamentares por princípio, porque se declaram contra qualquer delegação de poder de um indivíduo a um outro; os sindicalistas, adversários da acção política do Partido e concebendo de uma maneira completamente diferente o processo da emancipação proletária, também o são igualmente. Quanto a nós, o nosso antiparlamentarismo liga-se à crítica marxista da democracia burguesa. Não repetirei aqui os argumentos do comunismo crítico que revelam a mentira burguesa da igualdade política colocada por cima da igualdade económica e da luta de classes.

A nossa concepção parte da ideia de um processo histórico durante o qual a luta de classes conduz à libertação do proletariado após uma luta violenta, apoiada pela ditadura proletária. Exposta no **Manifesto Comunista**

ta, encontrou na revolução Russa a sua primeira realização histórica. Um longo período passou entre esses dois factos, e o desenvolvimento do mundo capitalista, nesse período, foi muito complexo. (...)

A importância marxista da revolução russa reside em que a sua fase final (dissolução da Assembleia Constituinte e tomada do poder pelos Sovietes) só podia ser compreendida e defendida à luz do marxismo e fazia nascer um novo movimento internacional: a Internacional Comunista, que quebrava definitivamente os laços com a social-democracia, vergonhosamente falida durante a guerra. Para a Europa Ocidental, o problema revolucionário impõe antes de mais a necessidade de sair dos limites da democracia burguesa, de demonstrar que a afirmação burguesa, segundo a qual qualquer luta política deve desenvolver-se no quadro do mecanismo parlamentar, é mentirosa e que a luta deve ser dirigida sobre um novo terreno, o da acção directa, revolucionária, para a conquista do poder. (...)

A primeira máquina burguesa que presentemente é necessário destruir antes de passar à edificação económica do comunismo, antes mesmo de construir o novo mecanismo do Estado proletário que deve substituir o aparelho governamental, é o Parlamento.

Amadeu Bordiga (1889-1970) pertenceu à fracção de esquerda do PSI no período entre 1916-20, juntamente com Gramsci, e também com este foi fundador do Partido Comunista Italiano em 1921. Dentro deste, foi líder de uma fracção «de esquerda» que, pelas suas posições esquerdistas, acabou por ser expulsa do partido em 1929.

A sua actuação neste II Congresso da IC, representando a fracção comunista abstencionista italiana, foi a de relator das posições que se opunham à tática do parlamentarismo revolucionário que ai veio a ser adoptada.

A democracia burguesa age entre as massas como um meio de defesa indirecta, enquanto o aparelho executivo do Estado está prestes a utilizar meios violentos e directos sempre que fracassarem as últimas tentativas para atrair o proletariado para o terreno democrático. Assim, é de uma importância capital demascar esse jogo da burguesia, demonstrar às massas toda a duplicidade do parlamentarismo burguês. (...)

A maior clareza é indispensável na propaganda: é preciso dar às massas palavras de ordem simples e eficazes. Partindo dos princípios marxistas, propomos, assim, que a agitação para a ditadura do proletariado nos países em que o regime democrático está desde há muito tempo desenvolvido, se baseie sobre o boicote das eleições e dos órgãos democráticos burgueses. A grande importância que se dá na prática à acção eleitoral tem um duplo perigo: por um lado, dá a impressão que tal é a acção essencial; por outro, absorve todos os recursos do Partido e leva ao abandono quase completo do trabalho de preparação nos outros domínios do movimento. (...)

Dizem-nos: da tribuna parlamentar pode-se fazer propaganda. Responderei a isso com um argumento totalmente infantil. O que se diz na tribuna parlamentar é repetido pela Imprensa. Se

se trata da nossa Imprensa, então é inútil passar pela tribuna para se imprimir em seguida o que se disse. (...)

Na evolução do mundo burguês as etapas que devemos necessariamente percorrer, mesmo após a Revolução, a passagem económica do capitalismo ao comunismo, não se transpõem sobre o terreno político. A passagem do poder para os explorados, traz com ela a mudança instantânea do aparelho representativo. O parlamentarismo burguês deve ser substituído pelo sistema dos Conselhos Operários.

Esta velha máscara que tende a ocultar a luta de classe deve portanto ser arrancada para que se possa passar à acção directa e revolucionária. É assim que resumimos o nosso ponto de vista acerca do parlamentarismo, ponto de vista que se liga inteiramente ao método revolucionário marxista. Posso concluir com uma consideração que nos é comum com o camarada Bukarine. Esta questão não pode nem deve dar lugar a uma cisão no movimento comunista. Se a Internacional Comunista decide tomar sobre ela a criação dum parlamentarismo comunista, submetter-nos-emos à resolução. Não cremos que se seja bem sucedido, mas declaramos que nada faremos para conduzir esta obra ao fracasso. (...)

Bordiga

...ou participação revolucionária?

O camarada Bordiga quis, visivelmente, defender aqui as posições dos marxistas italianos mas, não obstante, não respondeu a nenhum dos argumentos avançados por outros marxistas a favor da acção parlamentar.

Reconheceu que a experiência histórica não se cria artificialmente. Disse que é preciso transferir a luta para outro terreno. Ignorará ele que toda a crise revolucionária se acompanha de uma crise parlamentar? Disse, é verdade, que é preciso transferir a luta para outro terreno, para os Sovietes. Mas, ele próprio reconheceu que não é possível criar artificialmente Sovietes. O exemplo russo provou que só se pode organizá-los durante a revolução ou então nas vésperas da revolução. No tempo de Kerensky os

determinadas condições históricas, lutar contra a sociedade burguesa e o parlamentarismo. O meio de que se serve a burguesia na sua luta deve, também, ser utilizado pelo proletariado, com fins totalmente diferentes. Não podeis afirmar o contrário, e se quiserdes contestá-lo, tereis de apagar a experiência de todas as revoluções no mundo. (...)

Uma parte da pequena burguesia proletarizada, os operários atrasados e os pequenos camponeses acreditam, na realidade, que os seus interesses estão representados nos parlamentos, é preciso lutar contra estas ilusões através do trabalho no Parlamento e mostrar às massas a verdade dos factos. As teorias não são apreendidas pelas massas atrasadas; necessitam de experiência. Isto verificámo-lo na Rússia. Fomos obrigados a convocar a Assembleia Constituinte, mesmo depois da vitória do proletariado, para mostrar ao operário de consciência atrasada que nada podia obter dela. Para que pudesse comparar as duas experiências, tivemos de opor, concretamente, os Sovietes à Assembleia Constituinte e mostrar-lhe assim, que os Sovietes eram a única saída. (...)

É preciso saber de que maneira é que se pode destruir o Parlamento. Se o podeis fazer pela via da insurreição armada em todos os países, muito bem. Na Rússia mostrámos a nossa vontade de destruir o Parlamento burguês, não só em teoria mas também na prática. Esqueceis que isso é impossível sem uma preparação relativamente longa e que, na maior parte dos países, é ainda impossível destruir o Parlamento de um só golpe. Nós somos portanto obrigados a travar a luta no seio do próprio Parlamento para o destruir.

Tendo em conta estes elementos atrasados, tivemos que fazer eleições e mostrar às massas, pelo exemplo e pela prática, que essa Assembleia Constituinte, eleita no momento da maior miséria, não exprimia as aspirações e as reivindicações das classes exploradas. Por conseguinte, o conflito entre o poder dos Sovietes e

Lenine

...utilizar a tribuna parlamentar para fazer agitação revolucionária, para denunciar as manobras do adversário, para agrupar em torno de certas ideias as massas prisioneiras de ilusões democráticas, esta acção deve estar totalmente subordinada aos objectivos e às tarefas da luta extra-parlamentar das massas.

(teses da I. C. sobre o parlamentarismo)

MES

MOVIMENTO COMUNISTA

preâmbulo dos estatutos



1 — O MES é uma organização comunista que luta pela emancipação dos explorados e oprimidos, o que só será possível através da conquista e exercício do Poder pelos trabalhadores sob a direcção da classe operária, destruindo a dominação burguesa e o seu aparelho de Estado e edificando um Estado de tipo novo baseado na instauração do Poder Popular.

2 — O MES é uma organização que baseia a sua acção no marxismo, nos contributos essenciais do leninismo sobre a organização da vanguarda, destruição do capitalismo pela instauração da ditadura revolucionária do proletariado no socialismo a caminho do comunismo, e nos ensinamentos da história do movimento operário internacional.

A ditadura revolucionária do proletariado — a máxima democracia para os trabalhadores e a ditadura sobre a burguesia — assenta na organização autónoma dos trabalhadores, nela residindo o fundamento e sede última do poder político, e é exercida sob a direcção do Partido Revolucionário da Classe Operária sem se confundir com a ditadura de um partido operário ou com a de vários partidos coligados.

3 — O MES face à actual situação caracterizada pela inexistência de uma vanguarda de classe unificada e organizada coloca a luta pela sua criação e organização, a luta pelo Partido Revolucionário da Classe Operária, como um objectivo fundamental da sua prática política.

4 — O MES adopta os princípios organizativos do centralismo democrático, condição essencial para o cumprimento do seu **programa**.